

Eixo VI - Justiça Social, Educação e
Trabalho: Inclusão, Diversidade e
Igualdade

**Colóquio Diversidade Regional e
Contextualização Curricular**

Prof^a . Ms. Ilma Fátima de Jesus
E-mail: ifa.bemi@gmail.com



olóquio Diversidade Regional e Contextualização Curricular

Diferenças e
desigualdades regionais

Diversidade regional



- Luta incessante pela inclusão em todos os níveis da educação básica dos grupos historicamente excluídos, ao longo dos tempos, dos espaços escolares.

O caráter excludente ainda existente na sociedade brasileira e suas repercussões na garantia dos direitos sociais e humanos, implica a adoção de ações concretas, bem como a implementação de políticas públicas educacionais cada vez mais inclusivas.

política educacional que respeita a diversidade regional promove a inclusão curricular que contempla as diferenças, abrange aspectos sociais, econômicos e culturais em contextos de diversidade compostos pela desigualdade e exclusão étnicorracial.

á no campo e na cidade um histórico de desenvolvimento desigual e combinado brasileiro. O Brasil possui uma população predominantemente urbana, mas grande parte do território do país permanece rural e agrícola, a exemplo das comunidades remanescentes de quilombo.

pobreza é maior no campo do que na cidade onde são identificados os menores índices de escolaridade e as maiores taxas de analfabetismo do país já que há um limitado acesso à educação formal que atinge a maior parte da população rural.

o campo como na cidade há necessidade de ações voltadas para o desenvolvimento e a inclusão social no país, pois tanto num espaço como noutro, encontra-se grande parte das classes populares, composto por segmentos historicamente discriminados.

campo pode ser portador de novas experiências que contribuam para a superação de problemas estruturais de nossa sociedade como as desigualdades étnicorraciais e de gênero com um projeto de desenvolvimento rural que vise a inclusão social a partir da melhoria geral das condições de vida.

processo de descentralização política e de valorização de saberes locais que discuta alternativas para o campo apoiadas nas demandas da cidade pode contribuir para eliminação das desigualdades vivenciadas no campo.

ovas experiências de luta no campo, nas quais os movimentos sociais buscam formas para permanecer na terra, afirmando sua territorialidade, são um passo para que novos sujeitos sociais, como por exemplo as Quebradeiras de Coco no Maranhão, muitas delas quilombolas, entre outros segmentos, que tem lutado por seu reconhecimento, para que possam obter mudanças na nossa legislação.

om relação aos arranjos educacionais locais, precisamos avançar, tanto no meio urbano ou rural, possibilitando acesso à Educação Básica, formada pelos níveis da Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, incluindo as modalidades de ensino.

essa educação por ser básica propicia conhecimentos condizentes com a formação escolar para o cidadão brasileiro, sendo um direito social de todos, precisa contemplar e desenvolver o direito à diferença.

essa forma, sobre a base educacional, dinamizando-a e flexibilizando-a, estão às modalidades da educação que trazem as

s proposições curriculares para as modalidades entrecruzam-se, uma vez que os/as educandos/as também são indivíduos diferentes, manifestando expressões de diversidades de gênero, de etnia, de hábitos e de habilidades físicas e intelectuais.

adoção de ações afirmativas para garantir ingresso de afrobrasileiros/as nas instituições de ensino, para acesso, permanência e sucesso escolar, por exemplo, contribui para diminuição das desigualdades regionais no âmbito educacional.

A valorização da diversidade cultural no país, é evidenciada pela lei a número 10.639, sancionada em 9 janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana no currículo da educação básica, o que indica a necessidade de formação inicial e continuada de professores/as para esse fim.

lei é uma conquista na luta do movimento negro para eliminar o cunho eurocêntrico da educação. A inclusão de questões como igualdade étnica, de gênero, inclusão de pessoas com deficiência, respeito às diferenças, contribui também para eliminar práticas excludentes.

e acordo com Sacristán (2002, p. 23), “em educação, a diversidade pode estimular-nos à busca de um pluralismo universalista que contemple as variações da cultura, o que requer mudanças importantes de mentalidade e de fortalecimento de atitudes, de respeito entre todos e com todos”.

om relação à contextualização curricular percebe-se que é importante identificar e combater as práticas racistas advindas da discriminação e preconceito raciais, construídas e naturalizadas como verdadeiras.

ara Sacristán (p. 23), “a diversidade significa ruptura ou abrandamento da homogeneização que uma forma monolítica de entender o universalismo cultural trouxe consigo”.

contextualização curricular pode contemplar questões que respeitem a diversidade regional, incluindo: educação das relações etnicorraciais; educação quilombola; educação indígena; educação no campo; educação de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, educação ambiental e de pessoas jovens, adultas e idosas, para orientar políticas que afirmem direitos, sejam democráticas e multiculturais.

movimento para a educação para todos, referendado no cenário internacional pela Declaração de Salamanca (1994) e pela Declaração de Jomtien (1990), reforça que a idéia de inclusão é muito mais ampla do que simplesmente trazer o indivíduo para a escola comum, o que implica entender que não é mais possível pensar na possibilidade de educando algum estar fora dela ou dela excluído.

ratar pedagogicamente a diversidade regional em um país como o Brasil, marcado pela exclusão social, requer um tratamento desigual que possibilite avançar rumo à igualdade em uma sociedade que convive há séculos com desigualdades sociais, de classe, de gênero, étnicorraciais, geracionais, entre outras.

garantia de uma educação que se realize numa práxis de justiça social, que reconheça a diversidade humana ampliando a noção de inclusão e igualdade é um desafio.

luta pelo reconhecimento e o direito à diversidade caminham na direção da luta pela superação das desigualdades sociais, étnicorraciais, de gênero, geração e de

Embora tenha havido um avanço na oferta da educação nas últimas décadas (atualmente 98% das crianças de 06 a 14 anos de idade estão no ensino fundamental), numa cidade do nordeste a exemplo de São Luís (MA), a média de escolaridade da população brasileira não passa de seis anos de estudo.

segundo o IBGE (PNAD 2003) mais de 2/3 da população (60,4%) não possui o ensino fundamental completo. Metade dos jovens com idade entre 15 a 17 anos não estão cursando o ensino médio.

o ensino superior, a dificuldade do acesso a educação é ainda maior. Apenas 12,1% da população de 18 a 24 anos estão matriculados em algum curso de graduação. O setor privado responde por 74% das matrículas.

segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo IBGE, em 2007, no Brasil apenas 9% dos jovens têm ensino superior completo.

o colocarmos um recorte racial, vamos perceber que a dificuldade de acesso é ainda mais perversa para a juventude negra. Enquanto 13,4% dos jovens brancos têm o diploma de ensino superior (índice baixíssimo), apenas 4% dos jovens negros concluíram esta importante etapa de formação.

m que pese a urgência de ampliarmos o acesso a educação, a priorização da educação não passa apenas pelo acesso a escola. Os índices de qualidade educacional divulgados nas duas últimas décadas têm demonstrado dificuldades no grau de aprendizagem dos estudantes brasileiros.

s pesquisas quantitativas têm demonstrado o afunilamento e a exclusão, em 2004, 6 milhões de crianças cursaram a 1ª série do fundamental, mas apenas 2,8 milhões concluíram a 8ª série (46,1%) e somente 1,6 milhão (26,6% do total) de jovens terminaram o ensino médio.

Brasil tem, em cinco regiões geográficas, economias e indicadores sociais contrastantes. Identificam-se diferenças, mudanças demográficas e indicadores educacionais interligados.

s dados sobre a população e indicadores demográficos regionais do Brasil (IBGE) indicam que a região Norte, em termos de extensão, é a maior do Brasil, sendo a maior densidade demográfica e a maior concentração de população se localiza, pela ordem, no Sudeste e no Nordeste.

Região Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, é uma região de enorme concentração de renda em que os contrastes sociais são notados. A dinâmica e as transformações na base produtiva instalada foram muito mais intensas do que as melhorias na qualidade de vida da população.

ais da metade (53%) dos brasileiros acima de 15 anos de idade que não sabem ler nem escrever está no Nordeste. Na região, eles representam 20% da população acima de 15 anos de idade, ou o dobro da média nacional. A população acima de 15 anos do Nordeste é a menos escolarizada do país: tem apenas seis anos de estudo, ante os 7,3 anos da média nacional (IPEA/PNAD 2007).

A inserção da diversidade nas políticas educacionais nos currículos, nas práticas pedagógicas e na formação de profissionais da educação implica compreender as causas históricas, políticas, econômicas e sociais da desigualdade, discriminação, etnocentrismo, racismo, sexismo, homofobia e xenofobia e respeitar identidades, tratando-as de forma realmente justa e igualitária, contribuindo para desmistificar a crença de inferioridade sobre as diferenças socialmente construídas.

flexibilização curricular incorpora um currículo crítico, pluralista e que transforma, o que requer atitudes críticas, em particular dos/as professores/as, face à situação desigual dos diferentes grupos na sociedade e na escola e da necessidade de proporcionar mais oportunidades - através da escola – aos grupos sociais desfavorecidos.

preciso romper com a postura de neutralidade diante da diversidade. Os currículos e algumas políticas educacionais ainda omitem, negam e silenciam toda a diversidade vivida na sociedade brasileira

inserção da diversidade nas políticas educacionais nos currículos, nas práticas pedagógicas e na formação de profissionais da educação implica compreender as causas históricas, políticas, econômicas e sociais da desigualdade, discriminação, etnocentrismo, racismo, sexismo, homofobia e xenofobia e respeitar identidades, tratando-as de forma realmente justa e igualitária, contribuindo para desmistificar a crença de inferioridade sobre as diferenças socialmente construídas.

necessário refletir e perceber interesses e como, nos diferentes contextos históricos, políticos, sociais e culturais, algumas diferenças foram naturalizadas e inferiorizadas, tratadas de forma desigual e discriminatória.



Obrigada!

Ser negro no Brasil é, com frequência, ser objeto de um olhar enviesado. A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado, lá em baixo, para os negros.

Milton Santos